

**APRESENTAÇÃO**  
**O CAPITAL ATRÓFICO: DA VIA COLONIAL À MUNDIALIZAÇÃO**  
Lívia Cotrim\*

“A conjunção entre o embrião maldito do capital incompletável e a insubstancialidade teórica e prática da esquerda organizada é a determinação da *miséria brasileira*, determinação particularizadora, para o capital e capitalismo de extração colonial, da fórmula marxiana de ‘miséria alemã’”.

A publicação deste volume, composto do conjunto de artigos produzidos por J. Chasin a respeito da problemática brasileira, é a execução de um projeto formulado pelo autor, um entre os vários que sua morte prematura deixou inacabados.

Projeto que não visava somente reeditar trabalhos há muito fora de circulação, o que já por si seria legítimo e importante, mas sim oferecer o conjunto de uma análise, desdobrada e enriquecida ao longo de mais de vinte anos, envolvendo o essencial de todo um ciclo da história brasileira.

O material que compõe este volume foi organizado por Chasin; mas não lhe restou o tempo necessário à elaboração do estudo que deveria abri-lo, no qual pretendia fazer um balanço do período histórico recém-encerrado e de seus momentos de inflexão mais significativos, bem como traçar os contornos do novo momento que mal começamos a viver.

Entretanto, os trabalhos aqui reunidos falam por si, e nos falam tanto do evoluir da realidade quanto da trajetória de um intelectual que, insubmisso à maré montante da produção do falso e indiferente aos aplausos fáceis, sejam acadêmicos ou partidários, debruçou-se sobre a tarefa, que aliás sempre entendeu coletiva, de “tomar por centro o resgate da obra marxiana e se pautar por seus lineamentos ao facear crítica e praticamente os temas nacionais”<sup>1</sup>.

Desde a década de 70, Chasin se dedicou concomitantemente a esse duplo esforço: recuperação do pensamento próprio de Marx e análise da realidade brasileira, em suas conexões com a situação mundial. Esforço que resultou no reconhecimento do estatuto ontológico do pensamento marxiano e, no interior dessa problemática, da questão dos modos particulares de objetivação do capitalismo.

A descoberta da forma particular de objetivação do capitalismo industrial brasileiro – que denominou de via colonial – constitui a plataforma de acesso à compreensão essencial das últimas

---

\* Profª. da Fundação Santo André - Depto. de Ciências Sociais

<sup>1</sup> . “Rota e Prospectiva de um Projeto Marxista”, in *Ensaio Ad Hominem I, Tomo III - Política*, São Paulo, Ad Hominem, 2000.

décadas da história brasileira, décadas em que a via colonial deu seus passos finais, tanto por suas próprias forças e impulsos, quanto pela ausência efetiva de ações que a barrassem ou infletissem, encerrando seu caminho pela consolidação de uma forma específica de capitalismo. Caminho intimamente vinculado às transformações do panorama mundial, já que as diferenças nacionais se forjam continuamente no interior de sua inter-relação recíproca.

É desse percurso que tratam os textos incluídos neste volume, abarcando a gênese e o desenvolvimento histórico das categorias societárias que compõem e forjam a formação social brasileira, a apreensão das possibilidades concretas de infletir, a partir da perspectiva do trabalho, a lógica perversa da via colonial, bem como as condições objetivas e subjetivas que condicionaram a perda daquelas oportunidades. O que implicou a avaliação crítica tanto da esquerda tradicional, que floresceu no pré-64, quanto da assim chamada “nova esquerda”, de cunho não marxista, nascida nos entornos do golpe militar. Essa crítica incidiu, fundamentalmente, na denúncia da subordinação de ambas, em que pesem os modos diferentes com que o fizeram, ao arco de possibilidades, teóricas e práticas, do capital, de sorte que, “esquerdas só no nome”, mais confundiram do que esclareceram, mais deprimiram do que elevaram a categoria societária que pretensamente representavam. Como e por que o fizeram, são as perguntas que Chasin buscou responder.

O que se evidencia mais imediatamente ao percorrermos os escritos chasinianos é sua rigorosa e estrita subsunção aos nexos concretos do real a ser apreendido, subsunção determinada pela consciência de que a efetivação da perspectiva do trabalho exige ações práticas racionalmente orientadas e fundadas nas tendências e potencialidades objetivamente existentes. Esse rigor no acompanhamento do evoluir da realidade evitou a armadilha de transformar quaisquer das aquisições de sua análise em uma sorte de modelo supostamente capacitado a explicar toda e qualquer situação. Ao contrário, permitiu e exigiu o reconhecimento das mudanças que se foram efetivando ao longo do período analisado, e portanto a alteração das posições práticas demandadas. Assim, o encerramento da via colonial - a finalização do processo de objetivação do capitalismo industrial brasileiro - e o desaparecimento das possibilidades anteriormente presentes para sua superação, a forma atual da lógica do capital mundializado, bem como a morte da esquerda e suas múltiplas irradiações constituem os temas que ocupam a atenção de Chasin em seus últimos escritos, visando sempre a recuperar, pela análise da realidade, as novas possibilidades de sua superação derivadas da lógica do trabalho.

## A VIA COLONIAL

O empenho de Chasin em apreender o modo como se objetivou e vem se reproduzindo o capitalismo industrial brasileiro se apóia na recuperação, mediada pela obra madura de Lukács, do que designou como o estatuto ontológico do pensamento marxiano.

O esforço de encetar a análise ontológica da realidade brasileira implicou a crítica e superação das abordagens que tomam o caráter universal do modo de produção capitalista e os traços singulares de cada formação social como categorias exteriores uma à outra, de sorte que o primeiro se reduz a um conjunto de “atributos e leis genéricas” que, em seu isolamento, se enrijecem e autonomizam, adquirindo as feições de modelo, enquanto os segundos, também graças ao isolamento, reduzem-se a dados imediatos, cujo efetivo significado resta inalcançável. A intelecção adequada da realidade exige a dissolução desses coágulos enrijecidos pela mediação de suas formas específicas de existência: a particularidade, “ou, realçando a dimensão ontológica, à verificação de que há modos e estágios de ser, no ser e no ir sendo capitalismo, que não desmentem a universalidade de sua anatomia, mas que a realizam através de objetivações específicas”<sup>2</sup>.

Ou seja, à medida que os universais existem apenas na malha objetiva das relações sociais, as formas concretas de sua existência constituem a mediação real entre os atos e relações singulares de que é tecida e os traços comuns a um conjunto de modos de ser específicos – isto é, o universal. À simplicidade das abstrações enrijecidas a que são limitados universais e singulares quando remetidos imediatamente um ao outro, substitui-se, assim, a riqueza da “síntese de muitas determinações” que caracteriza, de acordo com Marx, o concreto real, e que deve ser apanhada e reproduzida nesta riqueza pelo pensamento.

A aproximação da forma particular de objetivação do capitalismo brasileiro tem por parâmetro os contornos, traçados por Marx, da “miséria alemã”, mostrando que o caráter lento e tardio da constituição do capitalismo extrapola em muito a referência cronológica, gestando uma forma de ser específica que afeta todas as relações e categorias societárias. Lentidão determinada pela ausência de processos revolucionários de transição, substituídos pela conciliação entre atraso e progresso sociais, entre o modo de produção capitalista, que forceja por se desenvolver e impor, e modos de produção arcaicos, cuja sobrevivência, assim possibilitada, emperra e restringe o desenvolvimento do primeiro. De sorte que “a emersão do novo paga alto tributo ao historicamente velho”, alterando de modo substancial diversos aspectos da organização social, desde o ordenamento econômico, passando pelo caráter, perspectivas e limites da classe que está na ponta daquele processo de transição – a burguesia -, e atingindo as formas de exercício do poder político.

O tratamento a que tanto Marx quanto Engels e Lenin submeteram o caso alemão, distinguindo a forma clássica da forma tardia de objetivação do capitalismo, toma para Chasin o caráter de “referencial exemplar” para a apreensão da particularidade brasileira, não só pela indicação das diferenças que o atraso no desenvolvimento capitalista gera em relação aos casos clássicos, mas sim por evidenciar que o percurso da análise concreta é o de extrair do próprio objeto as determinações que o configuram. Posto desta maneira o problema, fica consignada uma crítica à subsunção do caso brasileiro aos contornos da miséria alemã, ou via prussiana, procedimento que a toma como modelo, “contorno formal aplicável a ocorrências empíricas”, e reedita, assim, o estiolamento dos universais.

Chasin principia a evidenciar os lineamentos da particularidade brasileira atentando para a inserção do país na acumulação primitiva de capital européia, na condição de empresa mercantil colonial. Esta é a origem histórica e o sentido da grande propriedade agrária brasileira, diversa da propriedade agrária feudal alemã, forma que o processo de industrialização defrontará pela via da conciliação pelo alto, denegando os caminhos revolucionários e conservando, assim, um pilar fundamental da subordinação ao capital metropolitano. De sorte que, enquanto a Alemanha inicia sua industrialização autonomamente em fins do século XIX e alcança a condição imperialista, a brasileira se afirma já no período das guerras imperialistas do século XX, e sem romper a subordinação ao imperialismo.

De maneira que também no Brasil está presente a conciliação entre novo e velho, mas com “um velho que não é, nem se põe como o mesmo”, assim como a industrialização também não se põe do mesmo modo que na Alemanha, configurando-se o verdadeiro capitalismo brasileiro como híper-tardio e subordinado.

Em textos subsequentes, os contornos da via colonial, oferecidos ainda de forma abstrata nos dois primeiros artigos deste volume, são concretizados e enriquecidos. Tendo por objeto da análise o andamento da história brasileira recente, os nexos da situação atual evidenciam em si as determinações e atualizações da via colonial, em seu desdobramento histórico concreto, iluminando o sentido dos acontecimentos e situações anteriores.

Em “Conquistar a Democracia pela Base”, de 1978, examinando criticamente o processo de “abertura” política que então se iniciava e o “milagre” econômico e sua crise, Chasin avança na compreensão da particularidade da burguesia e do capitalismo brasileiros, tal como se põem objetivamente nos planos socioeconômico e político, e ilumina também a questão da democracia em seu enraizamento e contornos concretos.

---

<sup>2</sup>. Cf. “A Politicização da Totalidade: Oposição e Discurso Econômico”.

O texto abre com uma determinação central da via colonial: toda a história brasileira é “rica” em ditaduras e “milagres”, e pobre em soluções democráticas efetivas. Identifica, nos “ciclos” econômicos que marcaram tanto as atividades mais estritamente agroexportadoras quanto a acumulação industrial, outros tantos “milagres econômicos”, capazes de propiciar, durante períodos mais ou menos curtos, uma larga acumulação (cuja maior parte é de apropriação e realização externa), esgotando-se em seguida e sendo substituídos, mais ou menos rapidamente, por outro “milagre” (ou ciclo). De sorte que o “milagre” econômico que se desenvolveu entre 1968 e 1973 – o “mais curto deles” - tanto quanto sua crise, iniciada em 74, não se mostram como uma novidade na história brasileira, mas, ao contrário, como a reiteração de uma forma de ser que, gestada no período colonial, evidencia suas características à luz da configuração mais complexa e desenvolvida. Do mesmo modo que a presença dos “milagres”, também a das ditaduras se impõe à observação, desde as formas políticas assentadas sobre a mão de obra escrava, até o último século, republicano, de nossa história, cuja maior parte também decorreu debaixo de formas ditatoriais de poder político, mais claras umas (o Estado Novo e a última ditadura militar), mal veladas outras (a da Primeira República).

Mais do que a mera constatação da presença simultânea de ditaduras e “milagres”, Chasin aponta o entrelaçamento de ambos, explicitando a determinação das formas políticas pela ordenação e andamento socioeconômicos. É o desvendamento das bases do “milagre” econômico e de sua crise que permite compreender os alicerces sobre os quais se erigia a ditadura militar e os motivos que a levaram a desencadear a “abertura” política. Simultaneamente, à medida que se põe como momento do processo de industrialização objetivado no interior da via colonial, sua dilucidação abre para a compreensão de traços fundamentais desta última.

A análise chasiniana do “milagre” voltou-se à compreensão dos mecanismos que, se sustentaram o sucesso, para o capital, daquele ciclo de acumulação, determinaram também seu duplo fracasso: em primeiro lugar, enquanto plataforma de resolução dos problemas econômico-sociais que afetam os trabalhadores, e em segundo lugar, após curto período, como ciclo de acumulação. A compreensão desse duplo fracasso é fundamental, seja para o entendimento do capitalismo forjado pela via colonial, seja para o estabelecimento de uma plataforma de lutas fundada na perspectiva do trabalho.

A análise do "fracasso geral" do "milagre" se beneficia de aquisições marxianas, nomeadamente a do nexos entre produção e distribuição, recuperando a determinação da primeira sobre a segunda, tanto no sentido de que só pode ser distribuído o produto da produção, quanto no de que a produção contém e implica uma específica distribuição dos meios de produção e dos homens que a realizam, condicionando o modo como os indivíduos participam na distribuição final

do produto. Produção e distribuição deixam, assim, de ser tomadas como duas esferas desvinculadas, uma das quais – a produção – seria regida por “leis naturais”, enquanto a outra – a distribuição – poderia ser objeto de alterações dependentes da vontade, ou da política. Esta forma inadequada de as apreender vem se mantendo, até os dias atuais, como apanágio negativo das oposições, que descartam, assim, a crítica à base material da existência, ao modo pelo qual os homens produzem e reproduzem sua vida, e sustentam a suposição de que seja possível acoplar, à estrutura da produção existente, uma política de distribuição de renda, de sorte que a própria renda a ser distribuída é tomada de modo inteiramente abstrato, tanto no que diz respeito à especificidade dos produtos que a constituem, quanto no que se refere aos critérios de sua apropriação. A desconsideração daqueles nexos restringia o combate à ditadura ao campo estritamente político.

Contrapondo-se a isto, Chasin mostra que o esquema produtivo responsável pelo “milagre” - centrado nos bens de consumo duráveis, capitaneado por empresas monopólicas majoritariamente estrangeiras, e complementado pelo “esforço exportador”, basicamente de produtos agrários – tinha como pilar fundamental o rebaixamento salarial: a superexploração do trabalho. A forma retardatária, subordinada e conciliada com o historicamente velho do evoluir da industrialização brasileira mostra a manutenção, devidamente modernizada e “desenvolvida”, de sua face mais perversa – a miserabilização das amplas massas trabalhadoras, que se põe, não como produto de uma “lacuna” distributivista, mas como base e sustentáculo da própria forma de desenvolvimento. E esta não poderia jamais gerar uma distribuição de renda adequada para as classes trabalhadoras – tanto o que era produzido não se voltava para elas, quanto sua inserção social se fazia pelo critério do arrocho salarial, indissociável da lógica daquele ordenamento da produção. De modo que desde sua gênese, e ao longo de seus anos de “sucesso” – em que propiciou uma larga acumulação, prioritariamente para o capital monopolista, nacional e internacional -, o “bolo” confeccionado pelo “milagre”, por mais que crescesse, “jamais poderia render para as massas trabalhadoras”.

O “fracasso restrito” do “milagre”, o fim desse ciclo de acumulação de capital, mostra também a estreiteza da plataforma sobre a qual se erigiu e, portanto, do capital e da burguesia que o encabeçaram, à medida que seu rápido esgotamento deveu-se às mesmas bases que garantiram seu curtíssimo sucesso, e cuja manutenção impôs como “solução” o desaquecimento econômico.

O desvendamento dos mecanismos do “milagre” vem acompanhado, tanto neste texto como em “As Máquinas Param, Germina a Democracia!” (que tem por tema principal as greves de 1978 e 79 no ABC), da explicitação das razões do golpe de 64 e do caráter *autocrático* da burguesia e do estado gestados pela via colonial. Chasin demonstra que a ditadura militar teve por suposto e objetivo a garantia de uma determinada organização produtiva, que vinha sendo questionada pelos movimentos populares. A industrialização subordinada ao capital externo, capitaneada pela

produção de bens de consumo duráveis, conciliada com a estrutura agrária herdada da colônia e assentada na superexploração do trabalho, portanto na exclusão econômica dos trabalhadores, é a marca da estreiteza econômica da burguesia brasileira, determinante de sua estreiteza política: incapaz de dominar sob forma efetivamente democrática - porque impossibilitada de lutar ou sequer perspectivar sua autonomia econômica, e, assim, de se pôr à frente de um projeto de cunho nacional, apto a incluir, embora nos limites do capitalismo, as classes a ela subordinadas -, a burguesia brasileira só pode exercer seu poder político sob forma autocrática.

A ditadura bonapartista, “expressão armada” da autocracia, evidencia-se em seu significado real: a forma institucional, sem perder sua especificidade, perde “qualquer aparência de autonomia” (Marx), e mostra as relações concretas – sociais – que a determinam. Ilumina-se, assim, o campo no qual deveria se dar a luta contra a ditadura – o campo das condições materiais de produção e reprodução da vida, o campo das relações sociais, no qual deitam raízes os problemas políticos, que não desaparecem nem se diluem, ao contrário, adquirem sua real fisionomia. Ficam impugnadas as análises que, restritas ao campo do político, privilegiam as formas políticas desligadas de suas reais condições de existência, e vêm como seu fundamento a vontade.

Do mesmo modo que a ditadura, o processo de “abertura”, incorretamente denominado de processo de “redemocratização”, é abordado a partir de seus fundamentos socioeconômicos efetivos: a crise do “milagre”, isto é, a crise da organização econômica em função da qual fora dado o golpe em 64. Com a crise, já evidenciada em 1974, desfaz-se o bloco aparentemente monolítico que sustentara o estado bonapartista: os setores burgueses que o compunham têm agora necessidade de discutir e influenciar mais diretamente os rumos da política econômica governamental, a fim de disputar quais setores pagariam o ônus da crise, e como se desenharia uma nova rodada de acumulação. Sem, entretanto, que fossem questionados os fundamentos da organização econômica vigente - a superexploração do trabalho, a subordinação ao capital externo, a estrutura agrária, o privilegiamento do setor de bens de consumo duráveis como carro-chefe do desenvolvimento industrial -, o que implicava deixar em pé o caráter autocrático do estado, mantendo excluídos do debate da questão essencial – a econômica – os trabalhadores.

De sorte que a “abertura”, iniciada pelos próprios sustentáculos da ditadura, buscando “abrir” institucionalmente para a participação mais direta dos setores burgueses, não visava à democracia, mas sim à institucionalização da autocracia, substituindo sua fisionomia abertamente ditatorial por traços mais abrandados. A transição pelo alto, plenamente alcançada – tanto pelos méritos da situação, quanto pelos deméritos da oposição -, preserva, assim, as linhas essenciais tanto do “modelo” econômico quanto do estado autocrático.

A apreensão dos determinantes da autocracia abre para o entendimento de outra característica da burguesia de via colonial: o *politicismo*. Se em seu fundamento último – a determinação ontopositiva da politicidade<sup>3</sup>, cujo núcleo é a consideração do estado e da política como necessidades permanentes da humanidade e expressões de suas melhores qualidades - o politicismo é comum a todo o pensamento burguês, sua manifestação no Brasil não deixou de ter traços peculiares, determinados pela estreiteza da burguesia aqui constituída. A debilidade objetiva de um capital induzido, incapaz de perspectivar sua autonomia, incompleto e incompletável, e assentado na superexploração da força de trabalho, impossibilitando a incorporação das classes subalternas, torna vital para a burguesia a negação do debate sobre o ordenamento econômico à classe trabalhadora, resultando daí o seccionamento entre o plano da produção e reprodução da vida e as questões políticas. De maneira que estas são postas para a discussão independentemente daquele, considerado, no máximo, como um problema “técnico”. Essa autonomização e hipertrofia do plano político o esvazia de seu real sentido, formaliza-o, e simultaneamente impede sua efetiva transformação. Desse modo, o politicismo atua “como freio e protetor” da estreiteza econômica da burguesia, uma vez que freia antecipadamente qualquer discussão sobre sua fórmula econômica, relegada à “esfera intangível do privado”, e, assim, a protege em seus interesses centrais.

Em “Hasta Cuando? – A Propósito das Eleições de Novembro”<sup>4</sup>, Chasin desdobra amplamente esta questão, demonstrando as interligações entre o modo de objetivação do capitalismo brasileiro, o caráter autocrático do estado, em suas diversas formas, e o politicismo. Este, “forma natural de procedimento” da burguesia brasileira, passa a ser utilizado conscientemente, a partir de 64, como estratégia política.

Autocracia e politicismo, longe de serem contingentes ou restritos a um momento histórico singular, são determinados pela atrofia histórica e estrutural do capital e da burguesia de via colonial, retardatária, conciliadora e subordinada, economicamente liberal mas sem aspirações democráticas. Estreiteza econômica e conseqüentemente política que lhe inviabilizam o exercício da hegemonia sob forma democrática – que exigiria a integração e participação de todas as categorias sociais – e deixam-lhe apenas duas alternativas para sua dominação: a “truculência de classe manifesta” – o bonapartismo, expressão armada do politicismo -, ou a “imposição de classe velada ou semivelada” – a autocracia institucionalizada, expressão jurídica do politicismo. A alternância

---

<sup>3</sup> . Ver o *Tomo III – Política*, da revista *Ensaio Ad Hominem 1*, coletânea de trabalhos em que J. Chasin examina a determinação ontonegativa da politicidade em Marx.

<sup>4</sup> . Texto publicado originalmente em 1982, em que Chasin examina as primeiras eleições diretas para governadores depois do golpe militar.

entre estes dois pólos pode ser observada tanto na última ditadura militar e sua posterior “abertura”, quanto sucessão do Estado Novo pela assim chamada “redemocratização” de 1945/46.

O desvendamento das bases sociais do estado brasileiro reconfigura totalmente a questão da democracia, iluminando suas condições de possibilidade, as quais apontam para outro sujeito histórico – o trabalho, ao invés do capital – e, portanto, para outro conteúdo, não limitado às franquias institucionais, embora sem as desprezar. Elucidando a fonte efetiva dos males sociais – a sociedade civil, na particularidade histórica de sua objetivação, recusa o seccionamento, característico da concepção liberal, entre as “partes” componentes da existência humana, e abre caminho para a crítica radical da política, concomitantemente à crítica radical do capital em suas diversas entificações, inclusive aquela derivada das tentativas frustradas de transição socialista<sup>5</sup>. Em outros termos, essa abordagem substitui a perspectiva quimérica, hoje dominante, do aperfeiçoamento do estado e da domesticação do capital pela da superação do capital e da política, com vistas à emancipação humana. Não se deixando embair por aquela quimera, e tendo por horizonte a emancipação humana, tornou-se possível, a partir da análise das condições objetivamente existentes, visualizar os passos concretos que permitiriam vincular a solução das carências mais prementes ao percurso em direção àquele objetivo.

Trata-se de questão nodal, para a qual, entretanto, as esquerdas não haviam ainda atentado, e que permanece, ainda hoje, desconsiderada por elas. O que vem levando à perda constante de oportunidades históricas de encetar um caminho menos desfavorável às massas subordinadas.

O trânsito do bonapartismo à institucionalização da autocracia burguesa, em seus passos políticos assim como em seu fundamento efetivo – a crise econômica e a busca de uma nova equação nesse plano que permitisse a retomada da acumulação em ritmo mais intenso –, foram cuidadosamente acompanhados, sempre mantido o eixo de que a ruptura com o politicismo e com este trajeto adstringente é uma tarefa das forças do trabalho, e não do capital.

Nesse sentido foram tratados a campanha pelas Diretas-Já, a eleição indireta de Tancredo Neves, sua morte às vésperas da posse e o estabelecimento da Nova República sob a égide de Sarney e do Plano Cruzado. No âmbito deste penúltimo passo da reconversão do bonapartismo à autocracia institucionalizada, o Plano Cruzado<sup>6</sup> é lapidarmente determinado como “o segredo

---

<sup>5</sup> . Não por acaso Chasin publica, em 1983, ano do centenário da morte de Marx, "Da Razão do Mundo ao Mundo Sem Razão" (*Revista Ensaio* n.º 11/12, São Paulo, Ensaio, 1983), primeiro trabalho em que alcança a determinação das formas societárias pós-capitalistas como formas que, abolindo a propriedade e os proprietários privados, não atingem, entretanto, a apropriação e gestão sociais dos meios de existência, mantendo o capital em uma configuração inusitada: o capital coletivo/não social, gerido, embora não apropriado, pelo estado - razão da permanência e ampliação deste parasita que sufoca o corpo social. O mesmo tema será retomado, com amplos desdobramentos, em "A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda", incluído neste volume.

<sup>6</sup> . Cf. “A Miséria da República dos Cruzados”.

desvendado da democracia de proprietários no Brasil”. É fundamental atentar para o fato de que sua debilidade não dizia respeito a este ou aquele problema técnico, e sim à defasagem entre, de um lado, a grandeza dos desafios que deviam ser enfrentados – para o capital, estabelecer as bases de uma nova fase de acumulação, e para o trabalho, eliminar a superexploração – e a mesquinhez do programa adotado. Defasagem, grifava Chasin, de caráter qualitativo, uma vez que a resolução efetiva desses desafios exigiria uma alteração profunda no padrão de produção, embora não estivesse em jogo, imediatamente, uma transformação no modo de produção.

Esse diagnóstico tomava por base a já aludida crise do “milagre”, para a qual o capital e seus prepostos ainda não haviam sido capazes de encontrar uma alternativa. Uma vez que os mecanismos que engendraram os elevados índices de acumulação do “milagre” foram também os responsáveis por seu esgotamento, qualquer alternativa demandaria uma reformulação da equação econômica existente, sinteticamente pela redefinição das relações com o imperialismo e reordenamento do padrão monopólico interno de acumulação - reformulação incompatível com o modo de existência do capital atrofico: uma burguesia que “assumiu sua miséria” vê na mera perspectiva de transformação uma dupla ameaça: teme o “mais forte, que lhe deu a vida”, e os “de baixo, que podem tomá-la”. Nesse quadro, e já que “só admite transformações na ordem e pelo alto, aos cochichos com seus pares, num rodeio autocrático”, a resposta ao desafio foi o Plano de Estabilização Econômica, que buscava apenas reequilibrar o quadro já existente, sem tocar em seu perfil estrutural. O problema vital do financiamento dos investimentos que abririam para uma expansão prolongada não foi sequer afluído. Financiamento que, dado o caráter parasitário do capital atrofico, deveria ser garantido pelo estado ou pelo capital externo, alternativas inviabilizadas pelo crescente endividamento, que, desde os estertores do “milagre”, atingira níveis alarmantes.

Embora não tenha passado disso, o Plano Cruzado foi, entretanto, para o capital, uma “compressa reconfortante”. Já para o trabalho, foi a “configuração perversa do esbulho de sempre”. Mantida intacta a organização produtiva, o congelamento dos preços no pico (logo convertido em ágios e desabastecimento) e dos salários na “média semestral de cinco meses” perpetuou as perdas salariais anteriores. Em outras palavras, tratou-se da consolidação do arrocho: “Este é o coração concreto da democracia de proprietários no Brasil” – ou seja, uma “democracia” assentada sobre a manutenção da exclusão.

Chasin levanta ainda, em torno da análise do Plano Cruzado, um problema crucial, que se manifestará com maior evidência e clareza alguns anos depois, na campanha sustentada por Collor de Mello quando das eleições diretas para a presidência da república: o problema da manipulação. Abrangendo muito mais do que a mera demagogia, ou do que um mero ato ou posição subjetivos, já havia sido afluído por ocasião da eleição indireta e posterior morte de Tancredo Neves, elevado

naquele momento a “mito mudancista”, quando não era senão a expressão do conservantismo civilizado e da transição pelo alto. Indo além, em todos esses casos, da superfície imediata do problema, Chasin alcança a dilucidação de seu fundo objetivo: a incapacidade do capital atrofico de se pôr como agente transformador, motivo pelo qual a transformação se converte em seu contrário, a manipulação. Esta, reduzindo a prática ao sentido da imediaticidade, “opera o rearranjo tópico eficiente dos fatores em presença”, do que resulta uma “mudança que sustenta e reafirma a natureza da estrutura e os fatores que a integram, reproduzindo os lugares sociais dos atores no complexo”.

A “inteligência da manipulação” é comum a toda a burguesia contemporânea, entretanto importa frisar que, para as burguesias centrais, tal inteligência substitui hoje a inteligência da transformação que teve anteriormente, enquanto “para as burguesias periféricas é a expressão de sua única inteligência”, na exata medida em que estas jamais puderam se pôr como agentes de transformação. A manipulação é a inteligência possível do capital atrofico, não uma debilidade ou defeito de caráter deste ou daquele indivíduo ou organização, mas sim uma determinação social da incompletude de classe do capital atrofico, cujo processo de objetivação não se dá por transformações superadoras do historicamente velho, mas por sucessivas modernizações do arcaico.

Essa constituição do capitalismo brasileiro pela via colonial vai dando seus últimos passos em fins da década de 80, em conformidade, mais uma vez, com as alterações que se verificavam no plano internacional. Esses passos finais, bem como as alternativas ainda presentes de infletir seus rumos, foram exaustivamente examinados por Chasin às vésperas das eleições presidenciais de 1989, em “A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda”. Trabalho que sintetiza e se apóia sobre os resultados do intenso esforço analítico realizado nos anos anteriores, tanto no sentido de dilucidar a realidade brasileira, quanto no de recuperar o pensamento de Marx, e que abrange das determinações objetivas às manifestações ideológicas, nos planos interno e internacional.

O texto abre com a indicação de que estávamos, então, vivendo uma situação histórica muito diversa daquela em que haviam se dado as últimas eleições presidenciais diretas. A situação brasileira é abordada no interior do complexo de problemas postos pela crise nos dois subsistemas do capital – o capitalismo, que enfrentava a crise do capital super-produzido, e o capital coletivo/não social, que, já em seus estertores, exibia a crise do capital estagnado –, bem como pela morte da esquerda. Chasin investiga a crise planetária, objetiva e subjetiva, vivida pela humanidade tendo por suposto a perspectiva da emancipação humana, o que obriga e permite trazer à luz as necessidades históricas que determinaram sua gênese e desenvolvimento, as contradições que a permeavam e as alternativas para a lógica do trabalho que abrigava.

O exame das eleições presidenciais de 1989 e das circunstâncias em que ocorreram evidencia que configuravam o último passo tanto da reconversão da ditadura bonapartista em autocracia institucionalizada, quanto do percurso da via colonial.

Interessa, aqui, ter claro o sentido dessas afirmações. Ou seja, de uma parte, entender que a finalização da transição pelo alto significava a vitória das forças conservadoras que haviam engendrado o golpe militar e a própria transição (em que pese o fato de terem sido afastadas suas componentes mais truculentas), vitória que se desenhava primordialmente pela manutenção da estrutura econômica que as sustentava, a qual, entretanto, deveria ser devidamente modernizada para poder, diante das transformações internacionais que se punham, continuar se reproduzindo como receptor do capital subordinante. Em outros termos, Chasin aponta que esse último passo na direção da autocracia institucionalizada, assim como toda a caminhada que levava até aí, tinha caráter eminentemente social, e não estritamente político. Retomando uma das determinações centrais da via colonial, a ausência de processos revolucionários para a objetivação do capitalismo verdadeiro, e a ojeriza às transformações que ela engendra, Chasin mostra a vinculação entre o acabamento da transição à autocracia e do próprio processo de constituição do capitalismo no Brasil, indicando que, nesses seus passos finais, a burguesia brasileira abandona definitivamente qualquer ilusão ou veleidade de autonomia que pudesse ter alimentado antes, para aspirar exclusivamente à “boa parceria” com o capital externo, em outros termos, para assumir plenamente sua condição subordinada.

De maneira que, se o golpe de 64 fora dado para barrar movimentos e propostas de mudança, o percurso da ditadura bonapartista à autocracia institucionalizada não trouxe de volta, nem poderia fazê-lo, um quadro semelhante de propostas de transformação. Ao contrário, pôs na ordem do dia somente a modernização do arcaico, sua manutenção sob outra roupagem, adaptada às novas formas e necessidades do capital mundial.

É justamente a reviravolta no panorama internacional que marca e induz os momentos finais da via colonial, ou do processo de objetivação do capitalismo brasileiro. Reviravolta que tem por eixo o movimento de mundialização do capital, que já então se evidenciava. A análise chasiniana da dupla crise do capital - o capital super-produzido no ocidente e o capital estagnado no leste - constitui a base para a compreensão da especificidade do momento brasileiro. No que se refere ao capital super-produzido, importa frisar aqui que o alargamento constante de sua reprodução ampliada, alavancada pelo desenvolvimento tecnológico acelerado e já então exigindo uma forte concentração de capital, impôs a este a necessidade premente de expansão de seus próprios espaços - em outros termos, impôs a necessidade da mundialização, cujas primeiras manifestações, ao longo da década de 80, foram as aventuras do capital financeiro. O neoliberalismo, seja enquanto prática

efetiva do capital, seja enquanto ideologia, se confunde com este período em que a superprodução de capital aparece como superabundância de capital financeiro, que, em busca de espaço de reprodução, arrebenta os limites que o constroem, para isto rompendo as barreiras comerciais e políticas que pudessem emperrá-lo. A desregulamentação e a restrição do papel econômico dos estados nacionais foram suas manifestações mais evidentes.

A derrocada, já então iminente, do capital estagnado do leste veio completar o processo de mundialização que então se desenvolvia, ao mesmo tempo em que, no plano ideológico, e graças a sua identificação com a transição socialista, reforçou a aparentemente inexpugnável vitória do capital, e jogou a última pá de cal sobre a sepultura da esquerda.

É sob o influxo da mundialização do capital que a via colonial vive seu encerramento. A vitória de Collor em 89 significou a vitória dos ideais profundos de 64. Apesar de seu fracasso em realizar os ajustes necessários para a “modernização” requerida pela nova etapa de integração subordinada, o panorama que se desenha poucos anos depois revela uma realidade bastante distinta, marcando o encerramento de um período de seis décadas, ao longo do qual, com todas as vicissitudes, o capitalismo industrial brasileiro se objetivou.

O avanço da mundialização, com a derrocada definitiva do capital coletivo/não social, a aceleração do desenvolvimento tecnológico e a quebra das barreiras nacionais à circulação do capital, integra muito mais estreitamente do que em qualquer momento anterior os espaços nacionais sob a égide do capital, de tal forma que a não integração se torna sinônimo de retrocesso e degradação humanos, inviabilizando qualquer encaminhamento de soluções no âmbito nacional. O encerramento da via colonial pela trilha de suas próprias determinações, e não pela ruptura com elas, deu-se, assim como todas as anteriores alterações significativas na vida nacional, por influxo e sob o domínio dos movimentos dos capitais subordinantes.

## **A DUPLA TRANSIÇÃO**

A inteligência da constituição do capitalismo brasileiro expõe as alternativas nele presentes para a perspectiva do trabalho. A compreensão de cada momento desse processo em seu vínculo com as raízes históricas que o engendraram e de cada acontecimento com os nexos da totalidade na qual se insere permite evitar tanto o escolho de brandir apenas com críticas e propostas abstratas quanto o de deixar-se afogar pela imediaticidade, gerando reações que não visualizam nem encaminham para o horizonte mais generoso da emancipação humana. Ao contrário, Chasin sempre buscou apontar caminhos que unissem intrinsecamente esse horizonte à solução das demandas mais imediatas das massas trabalhadoras.

Assim, tanto “A Politicização da Totalidade: Oposição e Discurso Econômico” quanto “Conquistar a Democracia pela Base” apresentam os lineamentos fundamentais da realidade brasileira à época (e a crítica às oposições, por sua incapacidade de apreendê-los), expondo a determinação de que a democracia, no Brasil, só poderia ser visualizada da perspectiva do trabalho, o que implicava ultrapassar os estreitos limites políticos em que a confina o pensamento liberal e ascender a seus fundamentos sociais - a esfera da produção e reprodução da vida, a organização socioeconômica. Esses artigos foram produzidos no momento em que eram lançados, pela própria ditadura, os primeiros sinais da “abertura”, e imediatamente antes do ressurgimento do movimento sindical na cena política do país. Momento em que Chasin volta sua atenção para os limites de uma abertura que, comandada pelos mesmos agentes sociais que haviam forjado a ditadura, apoiados pelas mesmas classes, não ultrapassava os contornos de alterações estritamente político-institucionais, e mantinha intacta a base econômica e o caráter autocrático do estado. Das oposições - legais e clandestinas - cobrava-se a ultrapassagem desses limites pelo desenvolvimento de uma crítica teórica e prática que ferisse a ditadura militar em seus alicerces, opondo-lhe um programa econômico alternativo que, desmontando a lógica do desenvolvimento nacional contraposto ao progresso social, reestruturasse o conjunto da vida nacional a partir da perspectiva do trabalho, de sorte a integrar as massas populares tradicionalmente excluídas, em todos os planos. Os pontos centrais de um programa dessa natureza, capaz de aglutinar e cativar para a luta política as massas trabalhadoras, são indicados, negativamente, por aqueles suportes da organização produtiva vigente que deveriam ser desmontados, por serem a base da exclusão social, e positivamente pelas carências mais prementes da classe operária: ampliação da produção de bens de consumo populares, investimento estatal e privado nacional na indústria de base, reforma agrária que combinasse a tradicional distribuição de pequenas glebas para os casos em que a produção assim o permitisse com a criação de grandes empresas públicas (não necessariamente estatais) exemplares pela produtividade e pela relação salarial, e redefinição das relações com o capital externo (o que, frise-se, não implicava qualquer isolacionismo). Os sujeitos históricos de uma transformação dessa ordem só poderiam ser os trabalhadores, que, entretanto, arrastariam consigo amplas parcelas da classe média e mesmo setores da pequena e média burguesia, excluindo os monopólios nacionais e internacionais. Esse caminho exigiria e possibilitaria a derrota do mando autocrático em todas as suas formas, ditatorial ou institucionalizada. Simultaneamente, por reordenar o conjunto das relações sociais sob a perspectiva do trabalho, abriria caminho para a superação do capital. É este processo que Chasin denominou de “dupla transição”: a classe trabalhadora, premida por carências básicas - que podem ser resumidas pelo imperativo de resgatar da fome - organizada em torno de um programa que atinja e transforme as raízes geradoras desta, ao mesmo tempo em que rearranja o

desenvolvimento nacional e o centra no progresso social, ainda sob o modo de produção capitalista, acumula forças, objetivas e subjetivas, para a superação deste último.

Uma tal proposição supera o equívoco de propor a completação do capital, seja pela busca de um capitalismo nacional autônomo, seja pelo aperfeiçoamento da política. As oposições, no entanto, foram incapazes de se alçar a esta altura, mantendo-se no nível rasteiro da luta estritamente político-institucional.

Panorama que não se alterou quando do ressurgimento do movimento sindical a partir de 1978, no qual as oposições não viram nada além do que o acréscimo de “mais um” setor social ao caudal oposicionista. Em contrapartida, “As Máquinas Param, Germina a Democracia!”, artigo de 1979, saúda aquela retomada com a afirmação de que a história finalmente retomava o curso que o golpe de 64 havia interrompido, bem como com uma análise acurada do plano e das condições em que a luta operária se movera em 1978 e 79 e um balanço das forças do movimento e de suas debilidades ainda não superadas.

Se nos textos anteriores Chasin já indicava que a presença popular seria a virtualidade do novo, neste artigo fica consignada a retomada do curso da história pela reemergência deste, que se repõe após longo período - 14 anos - de lenta recuperação e acumulação de forças, tocando de imediato no cerne do problema que avassala os trabalhadores: a fome, em cuja raiz encontramos o arrocho salarial, ou a superexploração da força de trabalho.

As greves de 78 e 79, vitoriosas já pelo simples fato de terem acontecido, eram a negação viva de algumas concepções que grassavam no interior das oposições: as "especulações sobre o espontaneísmo" e a separação entre luta econômica e luta política, já que, tendo a reivindicação salarial por alvo, o movimento paredista obteve resultados políticos em diversos níveis: derrubou de fato a lei de greve e alterou a correlação de forças, até então francamente favorável à ditadura e sua transição pelo alto, ao pôr em xeque um de seus pilares: o arrocho salarial, a superexploração da força de trabalho. Ultrapassando em muito os partidos políticos, o movimento dos trabalhadores questionou o sistema de produção responsável tanto pela iníqua distribuição de renda, quanto pela autocracia.

O exame chasiniano desvenda as condições específicas que, aproveitadas pelo movimento operário, possibilitaram sua reemergência e afirmação, geradas pela crise do “milagre econômico” e o conseqüente esgarçamento do tecido social pelas lutas entre as frações do capital, incapazes, até então, de encontrar uma alternativa que permitisse um novo ciclo de acumulação, determinando a redução do teor bonapartista do poder. De sorte que duas componentes, de sentidos opostos, determinaram a dilatação do tecido social: o “desencontro dos setores do capital” e o “encontro dos setores do trabalho”. A reação brutal dos governos Geisel e Figueiredo às greves, em pleno

processo de “abertura política”, confirmou a defesa da política econômica como o principal objetivo e sustentáculo da ditadura.

Os trabalhadores, retomando seu movimento, perspectivaram e demandavam a “recomposição completa da equação do sistema produtivo brasileiro”, atacando-o pela raiz e apontando para a ultrapassagem da fronteira de seus interesses corporativos na direção da luta contra a equação econômica da ditadura e, portanto, contra a própria existência dela. Em outros termos, pela sua atuação concreta os trabalhadores evidenciaram a “indissolubilidade da ligação entre as questões nacional e democrática”. A resolução desta última não poderia apoiar-se apenas na afirmação genérica de sua importância e validade, mas demandava a pergunta por suas condições de possibilidade. Ancorado na compreensão de que, no Brasil, a democracia é o historicamente novo e que deveria ser criada, não recuperada, Chasin mostra que seu sujeito histórico também não é aquele que classicamente a gerou - a burguesia, já que sua encarnação brasileira jamais teve condições e disposição para isso; aqui, o sujeito histórico da democracia só poderia ser o proletariado, razão pela qual esta deixa de se reduzir a um conjunto de franquias e instituições políticas, para se consubstanciar na integração dos trabalhadores em todos os planos. Onde a posição central ocupada por um programa econômico alternativo, que vertebraria uma ampla frente nucleada pelo operariado e que agregaria outros setores da população, excluídas as encarnações do historicamente velho: o latifúndio voltado à exportação, o imperialismo e a modernização monopolística.

A volta à cena das forças do trabalho abriu as portas e deu o passo inicial naquela direção. Entretanto, os movimentos grevistas não deixaram de apresentar debilidades, em parte próprias de períodos de crescimento e maturação, em parte, entretanto, indicativas da interferência e assimilação pelo operariado de concepções vesgas. Estas últimas vieram a se manifestar de forma aguda nos embates de 1980, assim como na figura de sua maior liderança, já cindida em Lula - liderança sindical, figura essencialmente positiva - e Luís Inácio da Silva - militante partidário, cujos traços problemáticos fazem-se notar ainda no decorrer da campanha salarial daquele ano, e se acentuam cada vez mais daí em diante: a assimilação de “uma certa maneira de ver e contar a história brasileira”, que desemboca na desconsideração da experiência das lutas sindicais e operárias anteriores a 78, especialmente as do pré-64; a defesa de um basismo incongruente com sua própria experiência como líder sindical; a incapacidade de compreender a necessidade de ampliação da base social e política das greves, insistindo em dizer que na greve não há como evitar o isolamento político, ao mesmo tempo em que afirma como objetivo da greve de 80 desbancar a política salarial vigente, assentando a possibilidade de vitória numa fé tecnicista na excelência da

organização; finalmente, o desconhecimento de que, além de independência sindical e política, a classe trabalhadora necessita de independência ideológica.

Chasin encontra a raiz desses traços no desencontro entre o movimento de massas que ressurgia e os descaminhos das teses e propostas político-partidárias, sempre inferiores às possibilidades daquele. Estas, uma vez assimiladas pela parcela mais organizada da classe operária, o que já se patenteava nos equívocos da campanha de 1980 e nas concepções expressas por Lula, serão as principais responsáveis pelo rápido descenso de um movimento que surgira com tanta pujança e abriu tantas possibilidades. Refluxo visível já na campanha salarial de 81, que se consolida a partir de 82, juntamente, e não por acaso, com a ascensão do PT.

A retração do movimento sindical, arrastado pela emergência do PT na condição de “esquerda não marxista”, incapaz, como os demais partidos posicionados à esquerda, de enxergar o que Chasin então designava como a ‘centralidade operária na questão democrática’, e de vincular esta última com a questão nacional, ou de apreender a determinação da organização da produção sobre a estrutura política, fez com que perdêssemos a maior das oportunidades surgidas desde 64 para infletir os caminhos do desenvolvimento capitalista no Brasil pondo em seu centro o progresso social.

Das eleições para governadores em 1982 (as primeiras eleições diretas para esse cargo desde a implantação da ditadura), passando pela campanha das Diretas-Já, pelo posicionamento dos congressistas do PT na eleição indireta para a presidência em 84 e sua perplexidade diante do Plano Cruzado, assistimos à cristalização daquelas debilidades, de sorte que um partido nascido da demanda de um pujante movimento operário, ao invés de atendê-la, instrumentaliza-o para as finalidades muito mais mesquinhas de aperfeiçoamento da esfera político-institucional. Ou, em termos mais gerais, assistimos à substituição da velha perspectiva pecebista de completar o capital no plano econômico pela de completá-lo no plano político, buscando o aperfeiçoamento do estado e da democracia, desconsiderando, mais uma vez, a pergunta sobre as condições de possibilidade desta no Brasil, e limitando o horizonte posto para a classe trabalhadora àquele aperfeiçoamento, isto é, abandonando, ou não reconhecendo, a meta da superação do capital e do estado.

Nesse quadro de doloroso retrocesso, Chasin insiste na proposta da dupla transição, devisando as possibilidades concretas ainda presentes para isso, embora já bastante mais estreitas em relação às que se haviam mostrado no período anterior de avanço dos trabalhadores. Quadro que desemboca nas primeiras eleições diretas para a presidência da república, em 1989, momento no qual Chasin, em “A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda”, submete a um amplo exame assim a situação nacional como a internacional, demarcando-a como crucial para os rumos que, daí por diante, assinalariam a história brasileira.

Chasin vê naquela ocasião a última oportunidade de encetar o desmonte dos pilares mais gravosos, para as massas populares, do ordenamento produtivo ainda vigente, e para cuja defesa fora estabelecida a forma bonapartista da autocracia e vinha sendo encaminhada, já há quase quinze anos, a transição pelo alto para sua forma institucionalizada, passagem da qual as eleições de 89 eram o último ato.

Aquela oportunidade, ainda que desgastada em relação à de dez anos antes, tinha seus fundamentos tanto na permanência da mesma organização econômica assentada sobre a superexploração do trabalho, quanto na irresolução, até aquela data, da crise que ela própria gerara, e para a qual as frações do capital não haviam ainda encontrado uma solução de sua ótica. Nessas condições, a ocorrência de um pleito presidencial, pondo em jogo encaminhamentos de âmbito nacional, abria um espaço importantíssimo para a atuação política da perspectiva do trabalho. Considerando, já agora, o processo acelerado de mundialização do capital, e o novo fôlego então obtido pela proposta de integração subordinada, representada, na campanha sucessória, fundamentalmente por Collor, mas também, em sua versão mais civilizada, pelo PSDB, Chasin reexpõe os nódulos essenciais da primeira transição, ainda viável, nucleada pelas forças do trabalho que, em sua afirmação defensiva, estabeleceriam uma sociedade moldada pelo capital socialmente controlado: 1) redefinição positiva das relações internacionais, superando a falsa dicotomia entre submissão a relações subordinantes e reclusão autárquica da economia, pela via da redefinição do aparato produtivo; 2) mudança do sistema de produção, eixo central da primeira transição: também aqui não se tratava de optar entre as disjunções economia exportadora *versus* economia de mercado interno, e/ou estatismo *versus* privatismo, e sim de desenvolver as forças produtivas de acordo com as necessidades humano-societárias, impondo restrições ao capital externo e interno, com vistas a desativar as relações desiguais e subordinantes e a superexploração do trabalho, e dessacralizar a propriedade privada, iniciando o longo processo de sua substituição pela propriedade social; 3) resolução da questão agrária, ultrapassando a estreiteza das propostas de reforma agrária estritamente parcelária pela combinação de fórmulas diversas, de acordo com cada situação: parcelamento, ajustamento das disposições relativas a salário e condições de trabalho, e introdução germinal da propriedade social, nos casos em que o parcelamento significasse retrocesso na produtividade ou a superexploração do trabalho não pudesse ser desmontada sob a forma privada. Frise-se que propriedade social não deve ser confundida nem com propriedade estatal, em que o estado é proprietário e gestor da produção, nem com cooperativa, em que os trabalhadores são proprietários; trata-se de uma forma de apropriação comunal, em que o estado teria somente a obrigação do investimento, cabendo a gestão, mas não a propriedade, aos trabalhadores; deveria distinguir-se pela excelência das condições tecnológicas e de trabalho e salário; 4) a globalização do

capital e a formação de blocos regionais impunham-se como mudanças significativas no panorama das relações internacionais, mas, ressalta Chasin, não significavam abolição de fronteiras ou supressão das unidades nacionais, nem eliminavam a objetivação de vínculos desiguais entre elas. Entretanto, nessa nova realidade mundial, mesmo a primeira transição só seria viável se desencadeada, não no âmbito estritamente nacional, mas sim em um plano ao menos regional, por um bloco centrado em um pequeno grupo de países latino-americanos - Argentina, Brasil e México - que, atravessando todos a objetivação do capitalismo pela via colonial, haviam alcançado um nível significativo de industrialização e de capacidade produtiva em geral, bem como de experiência de lutas sindicais e políticas e de densidade de produção teórica, e poderiam atrair para sua órbita as demais nações do subcontinente. Apenas a intervenção da lógica do trabalho tornaria viável essa integração latino-americana, possibilitando não apenas iniciar a ruptura mas prosseguir pelo caminho da primeira transição, cujo andamento repercutiria nos planos continental e internacional, sacudindo a monotonia dos cantos de sereia da vitória e eternidade do capital e contribuindo para reabrir, portanto, não apenas para si, mas para a humanidade, a alternativa da emancipação humana.

Se a ausência de uma esquerda real, demonstrada por Chasin pela análise dos vários partidos que se reivindicavam essa posição, e de um movimento operário de peso limitavam e estreitavam os caminhos que levavam à primeira transição, estes entretanto não deixavam de existir. Distinguindo a posição *de esquerda* - alicerçada na potência onímoda da lógica do trabalho e perspectivando a superação da sociabilidade do capital - das posições *na esquerda* - postadas no pólo mais progressista no interior da lógica do capital -, Chasin esclarece a relação virtualmente complementar dos principais partidos de oposição que então concorriam - PDT, PT, PSDB - no que tange tanto a suas bases sociais quanto às propostas que cada qual enfatizava, visto que fincavam os pés *na esquerda* do gradiente possibilitado pela lógica do capital.

Propugnando por uma confluência eleitoral na esquerda já no primeiro turno das eleições, Chasin consigna as qualidades de cada um dos partidos, insuficientes, em seu isolamento, mesmo apenas para vencer a pugna eleitoral, e com maior razão ainda para encaminhar a ruptura com o velho e direcionar os rumos do país pela senda do historicamente novo, mas cuja conjunção, pela multiplicação das forças que engendraria e pelo potencial de mobilizar e elevar a consciência e a organização das massas populares, abriria aquela alternativa. Assim, somar-se-iam: o vigor da proposta nacional-popular, defendida por Brizola, com sua ênfase na necessidade de “quebrar as pernas” do modelo econômico - redefinindo as relações com o capital externo e reordenando a produção industrial; a parcela mais combativa do movimento sindical, representada pelo PT, que vertebraria e especificaria, pela centralidade das demandas e da posição dessa classe, a proposta brizolista, ao mesmo tempo que a amplitude desta permitiria a superação das reivindicações

estritamente corporativas dos trabalhadores ou estreitamente político-institucionais do PT; por último, e como a parcela mais débil, agregar-se-iam a classe média e parcelas do empresariado nacional, representados pelo PSDB.

A análise chasiniana esclarece, seja negativamente, pela especificação das debilidades próprias de cada um desses candidatos, seja positivamente, pela clarificação de suas forças e grandezas próprias, que a confluência eleitoral na esquerda, efetivada em torno de um programa econômico alternativo e congregando a maioria da população brasileira, seria a única chance, ainda que mais frágil do que outras já perdidas, de infletir favoravelmente aos trabalhadores o curso da história brasileira nos marcos ainda da proposta da “dupla transição”, ou seja, da ruptura com o processo de objetivação do capitalismo pela via colonial, este já em seus momentos finais.

No momento em que Chasin escrevia esse artigo (meados de 1989), já estava fora de dúvidas que a confluência eleitoral na esquerda fora descartada, com resultados perversos para as massas populares. Boa parte desse trabalho é dedicada à dilucidação das razões que a impediram, iluminando os percalços teóricos e práticos das “esquerdas” no Brasil, seja a do pré-64, seja a assim chamada “nova esquerda”.

Perdida em todos os planos aquela eleição, perpetrados os descabros conhecidos durante o exercício da presidência por Collor, desaguando no *impeachment*, desenhou-se pela última vez, embora desta feita com muito menor densidade, uma proposição que ecoava a necessidade de ruptura com o historicamente velho: Itamar Franco - representante mais frágil da mesma tendência de que Brizola foi o herdeiro mais robusto - reacende o debate econômico sugerindo redirecionar a produção industrial para bens de consumo populares. Proposta que, compreensivelmente, não encontrou eco entre as facções da burguesia brasileira, nem - o que pode ser compreendido, mas nunca justificado - entre as “esquerdas”, de sorte que Itamar Franco ficou, como aponta Chasin em “A Resistência ao Neoliberalismo”, paradoxalmente isolado no interior da mais ampla confluência de forças já montada na história brasileira, responsável pela deposição de Collor e por sua própria ascensão à presidência, com o que também essa ocasião foi, tal como as demais, malbaratada.

## **A CRÍTICA AO POLITICISMO E À ANALÍTICA PAULISTA**

Indicamos acima que boa parte do artigo “A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda” se volta para a análise das razões que impossibilitaram a confluência eleitoral na esquerda, deixando campo livre para que o lento, gradual e seguro trânsito do bonapartismo à autocracia burguesa institucionalizada pudesse chegar a seu final. É nesse texto que Chasin desdobra mais detalhadamente a crítica a certos ramos da analítica paulista - as teorias da dependência, do

populismo, do autoritarismo e do marginalismo. Entretanto, a denúncia de seus limites e das conseqüências desastrosas de seu predomínio, bem como do politicismo, no âmbito das esquerdas, data dos primeiros trabalhos incluídos neste volume.

A burguesia forjada pela via colonial é politicista por força de sua atrofia, de sua impossibilidade, tanto maior quanto mais avança em sua objetivação, de alcançar a completude e a autonomia; incapaz de propor alterações superadoras do historicamente velho e que integrem as classes subalternas, forceja por separar os planos político e econômico, resguardando as definições sobre o último à esfera restrita de seu próprio círculo, e constituindo o primeiro sob forma autocrática. À medida que amadureceu historicamente, a burguesia passou a utilizar conscientemente o politicismo como tática política, restringindo o debate público às mudanças institucionais, a fim de garantir a imutabilidade do plano econômico e, por esse meio, seu projeto global.

Entretanto, as constantes vitórias que as forças do capital vêm obtendo desde o golpe militar de 64 não se devem somente a seus próprios méritos em levar adiante esta tática, mas fundamentalmente à subordinação das oposições a ela. Chasin vem chamando a atenção para este fenômeno desde 1977, quando publica “A Politicização da Totalidade: Oposição e Discurso Econômico”. Assumindo uma posição politicista, restringindo sua discussão ao plano estritamente político, as oposições vêm sendo arrastadas ao campo ideológico da burguesia. Desligando-a e autonomizando-a arbitrariamente em relação ao metabolismo social em que mergulha suas raízes, a esfera política é ao mesmo tempo hiperacentuada e esvaziada de seus significados concretos, de sorte que, ao tomar as formas político-institucionais como o plano privilegiado da discussão, e desconsiderar os fundamentos socioeconômicos da ditadura, as oposições são de antemão derrotadas. Essa derrota se evidencia desde o início da ditadura militar pelo abandono do debate, que marcou o período pré-64, em torno de projetos econômicos, e se torna mais clara pela ausência de crítica à organização produtiva que gerou o “milagre”, silêncio ainda mais estridente quando este mostra os sinais inequívocos de seu esgotamento.

À época em que o texto supracitado foi produzido, as forças oposicionistas tinham como campo legal de atuação política, no interior do sistema bipartidário imposto, apenas o MDB. Que este, composto majoritariamente por representantes de segmentos da própria burguesia, não escapasse do politicismo próprio dessa classe não é fenômeno que possa espantar. Entretanto, lembramos que, sob a bandeira do MDB, agrupavam-se também individualidades que se pretendiam associadas a uma perspectiva mais generosa. É primordialmente a estas que Chasin se dirige, e é o seu politicismo que causa espécie.

Em “Conquistar a Democracia pela Base” o problema vem novamente à tona, no que se refere especificamente à ausência de uma avaliação crítica do “milagre” econômico, diante de cujo “sucesso” tanto as forças mais generosas da oposição legal quanto as da oposição clandestina se mostraram perplexas, incapazes de compreender tanto seu fracasso geral quanto seu fracasso restrito, bem como de encaminhar uma crítica global à ditadura, malgastando suas forças no campo delimitado pelo próprio inimigo.

Também já nestes primeiros textos Chasin menciona o predomínio das teorias da dependência e do populismo como óbices seja para a apreensão da realidade, seja para o encaminhamento de uma ação prática eficiente de combate à ditadura, indicando que a primeira “desarmou para a compreensão do imperialismo”, e a segunda para as “concretas equações políticas”. De sorte que esses braços de um conjunto teórico que, anos mais tarde, abrangeu sob a denominação de “analítica paulista” aparecem já aqui em estreita vinculação com o politicismo, componente significativo daquelas teorias.

A reemergência do movimento sindical a partir de 1978, centrado no combate ao arrocho salarial e desnudando, assim, um dos pilares básicos do ordenamento econômico da ditadura, ao tempo que evidenciava o laço indissolúvel e determinante entre os planos socioeconômico e político, despertou a esperança de que “aqueles que tentam, há 15 anos, reinventar o mundo”, os que buscaram “apagar com esponja de conceitos vesgos” a realidade do anos 45-64, sairiam finalmente de foco. Entretanto, lastimavelmente não foi o que ocorreu. Ao contrário, o próprio movimento operário nascente foi, em curto tempo, engolfado e instrumentalizado pelo politicismo e pela analítica paulista, em sua versão já mais rebaixada. E o veículo desse processo foi, não os representantes da situação, nem apenas os antigos integrantes do velho MDB, mas o partido que nasceu da necessidade da própria classe trabalhadora de ir além do movimento sindical, restrito à defesa de interesses corporativos, e alcançar a condição de movimento operário - o PT.

O descompasso entre a vitalidade do movimento dos trabalhadores e a fragilidade das teorias predominantes sobre a realidade brasileira já se fazia sentir ao longo da campanha salarial de 1980, e em 1982 já se consolidara o suficiente para causar o refluxo do movimento sindical e mergulhar o recém-nascido Partido dos Trabalhadores no mesmo politicismo que caracterizara as oposições antes de 1978. Daí para frente, o PT vem perdendo substância, na medida em que se torna representante e espaço privilegiado da chamada “nova esquerda”, ou esquerda não marxista, herdeira do politicismo e das teorias do populismo, da dependência e do autoritarismo, que enformam suas análises e sua prática política, restritas ambas, assim, aos limites próprios do capital. Ou seja, a debilidade, detectada por Chasin em Luís Inácio da Silva, de desconsiderar a necessidade de *independência ideológica*, e não somente organizacional e política, dos trabalhadores

aprofundou-se não apenas na figura do ex-líder sindical, mas engolfou o partido, ou talvez fosse mais correto dizer que aquele subordinou-se à falta de independência ideológica que marcou o PT desde suas origens.

Os artigos de Chasin acompanham a trajetória dessa agremiação desde sua formação até suas manifestações mais recentes. Em todos os momentos cruciais da história brasileira, as posições tomadas pelo PT têm sido marcadas pelo politicismo, de modo que um partido nascido das necessidades da classe trabalhadora, e pretendendo superar os equívocos da esquerda tradicional, descendeu à condição de esquerda meramente nominal, ou, mais especificamente, de fantasma da esquerda ausente.

A fim de não alongar por demais esta apresentação, aludimos aqui somente a alguns textos em que esta problemática aparece de modo mais desdobrado, e com referência a momentos extremamente significativos.

Em “Hasta Cuando? A Propósito das Eleições de Novembro”, Chasin mostra que, independentemente dos resultados numéricos, aquelas eleições já estavam de antemão perdidas para os trabalhadores, enquanto instrumento para derrotar a ditadura, graças à sua politicização, levada a cabo por iniciativa do sistema e pela submissão ideológica das oposições. Ignorando a necessidade de solapar a ditadura em suas bases - pela crítica da organização produtiva que a sustentava e conseqüente proposição de um programa econômico alternativo da perspectiva do trabalho -, as esquerdas “desembocam na condição de colaboracionistas da politicização das eleições”, e portanto colaboracionistas do processo de auto-reforma da ditadura, em direção à institucionalização da autocracia, determinada como a legalização da negação da democracia. Enquanto, como já dissemos, a situação utiliza conscientemente o politicismo como tática para garantir a manutenção de seu nóculo central - o ordenamento produtivo -, as oposições, subsumindo-se ao politicismo, “afastam a questão econômica para ‘garantir as eleições’ e ‘conquistar a democracia’. Com o que confundem e desarmam, desorganizam e desmobilizam o movimento de massas”.

Este, pondo-se na prática à frente dos partidos, ferira o cerne da ditadura: o arrocho salarial, e com ele pusera em xeque toda a base econômica daquela, portanto sua própria existência. As oposições partidárias, inclusive o recém-nascido Partido dos Trabalhadores, não souberam, entretanto, sintetizar os interesses sociais e econômicos da maioria da população brasileira, e levar às eleições a perspectiva delas. Ao contrário, voltadas às lutas estritamente políticas, abandonam o movimento operário, e tratam mesmo de o breçar, na suposição de que este poderia gerar tensões que viessem a impedir ou obstaculizar a “abertura” política e a “conquista da democracia”. Após seu refluxo, as oposições canalizaram-no para as eleições, convertendo o movimento de massas em “plethora dos eleitores da massa”. Em suma, e nas palavras de Chasin, “Em vez de levar às eleições a

perspectiva das massas, levaram às massas a perspectiva das eleições”, politicizando-as; adiando a luta por um programa econômico de transição democrática, afastaram e desmobilizaram as massas, e, paradoxalmente apenas para as próprias oposições, não alcançaram reverter o processo de auto-reforma do bonapartismo.

Embora a crítica ao politicismo recaia sobre todos os partidos de oposição, incide mais fortemente sobre aquele que pretendia ser o representante de uma novidade histórica: o PT, determinado como o “encontro infeliz entre o melhor do movimento operário do pós-64” e um “produto ideológico de baixa qualidade”, “resíduo da crise ideológica de nossos tempos”, que configura um “salto ideológico para trás”, recusando a razão e a história “e, em última análise, o próprio proletariado”, redundando numa sorte de liberal-radicalismo. Resulta daí uma obsessão pelas formas de organização e procedimento, já que, assumindo uma concepção basista e espontaneísta, supõe que o conteúdo seria secretado pelas próprias massas, eximindo-se da responsabilidade de reconhecer e suprir as carências, manifestadas pela classe trabalhadora, de orientação e esclarecimento.

A negatividade dessa concepção fez sentir seu peso desde os primórdios da formação do PT, levando a greve de 1980 “ao impasse e à derrota”, e chegando, em 82, a uma campanha eleitoral sem a vertebração de um programa econômico de transição democrática, de cuja necessidade nem sequer suspeita, desvinculada do movimento de massas, não escapando da inversão acima apontada de levar a este a perspectiva das eleições. “O PT sucumbiu quando, posto entre viabilizar-se pela rota do movimento de massas *ou* através da via eleitoral, não soube articular os dois, embaraçando-se no jogo eleitoral e sucumbindo a este”, de sorte que, em seu nascedouro, contribuiu para manter um traço negativo da história dos movimentos de massa no Brasil: sua subordinação à ideologia burguesa pelos partidos que pretendem representá-los.

Três anos depois, derrotado o movimento de 1984 pelas eleições diretas para a presidência, derrota devida, novamente, à continuidade do politicismo, vem à luz a assim chamada “Nova República”, com a eleição indireta de Tancredo Neves e, dada sua morte inesperada, a ascensão de José Sarney à presidência; nessa ocasião, em “A Esquerda e a Nova República”, Chasin volta a tratar da subordinação ideológica das esquerdas, ampliando significativamente a análise ao abordar sua gênese histórica, lançando luz, assim, sobre as determinantes daquela subordinação, relacionadas à incompletude de classe do capital.

Diferentemente dos países em que o capitalismo se objetivou pela via clássica, revolucionária, nos quais a esquerda nasceu contra a figura integralizada, material e espiritualmente, da burguesia, no Brasil e nos demais países em que a objetivação capitalista se deu pela via colonial, sem qualquer tipo de revolução, em que o capital e a burguesia são incompletos e

incompletáveis, a esquerda nasceu em face de um inacabamento; diante deste, desconhecendo a especificidade da burguesia e do capitalismo brasileiros, e portanto não atinando para as tarefas que esta demandaria, a esquerda se converte em empreiteira do acabamento do capital, acreditando em sua necessidade e possibilidade. Com o que se submete “aos nexos mortos do que fora a lógica do capital concluso”, “à lógica extinta do ideário liberal”.

Presas a esses nexos, a esquerda tradicional oscilou entre o revolucionarismo abstrato e o ativismo caudatário, assentado este último na crença na conclusibilidade do capital, e tomando a forma teórica do economicismo; enquanto a nova esquerda se mantém a braços com a defesa do democratismo e a crítica ao autoritarismo, fundada na crença na totalização do poder liberal ininstaurável, expressa pelo politicismo e participacionismo. Ambas, pois, empenhadas em completar, em níveis distintos, um capitalismo incompletável.

A crença na vontade, tomada como fundante do ato político, é o traço que hoje as une na confluência pela democracia, de modo que nenhuma das vertentes da esquerda organizada oferece alternativa à política econômica, descaindo todas para a vala comum do politicismo.

De sorte que, se no Brasil o capital é incompleto, o trabalho também não se integralizou; entretanto, se o primeiro é incompletável, o mesmo não ocorre com o segundo. Mas iniciar sua integralização exige a ultrapassagem do universo teórico do capital e a compreensão de que se trata, não de buscar finalizá-lo, em qualquer nível, mas de principiar sua desmontagem. É o que a esquerda organizada brasileira jamais compreendeu, e é o que a tornou incapaz de oferecer alternativas concretas e aproveitar as oportunidades históricas.

Em “A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda”, Chasin retoma a investigação das raízes históricas e teóricas dos partidos - especialmente PT e PSDB -, que, ocupando posições de radicalidade no arco do capital, transgrediram a lógica de realidade e suas próprias funções partidárias ao se negarem à confluência eleitoral na esquerda.

Uma vez que a esquerda tradicional, pela crença na possibilidade de alcançar um capitalismo nacional autônomo, desemboca em um ativismo caudatário centrado na defesa da aliança de classes, a reação a tais práticas, iniciada nos entornos do golpe de 64 e fundada na exigência de recuperar a radicalidade operária, incidirá, fundamentalmente, em dois núcleos problemáticos: a crítica à busca de um capitalismo nacional autônomo, implicando o reexame do desenvolvimento brasileiro, em especial em suas relações com o imperialismo, e a crítica à política de aliança de classes, vista como responsável pela submissão da classe operária às finalidades burguesas.

Entretanto, a questão central que mobilizou a reação - a busca da radicalidade operária -, questão que só faz sentido na esfera *da* esquerda e só pode ser resolvida no âmbito do marxismo, foi respondida com a incorporação de um conjunto de conceitos oriundos do ideário liberal,

consubstanciados nas teorias da dependência, do populismo, do autoritarismo e do marginalismo, recuando a resposta para o interior do arco político do capital.

Traço comum ao que Chasin denomina ironicamente, neste artigo, de “quadrúpede teórico”, base da reflexão da “nova esquerda” e portanto de seus descaminhos práticos, é o seccionamento entre a matriz da produção e reprodução da vida humana e a esfera política, que ganha, assim, não apenas autonomia, mas a condição de determinante das relações sociais - em outras palavras, o politicismo.

Construída cada uma de suas pernas como um tipo ideal fundado naquela disjunção e tendo por paradigma e objetivo prático a democracia, cujas condições de possibilidade não são objeto de investigação, já que é apreendida na forma de seu arquétipo liberal, fundado na concepção do “homem justo e racional”, o quadrilátero teórico em questão desarmou para a compreensão da particularidade brasileira e para a visualização do que fora seu próprio impulso inicial: a recuperação da radicalidade dos trabalhadores.

A teoria da dependência, no justificado afã de elucidar a lógica interna da formação brasileira, faz desaparecer da análise “o nexos da relação desigual entre as formações” capitalistas, suprimindo, além do imperialismo, a “identidade do capitalismo como sociedade erigida sobre a contradição estrutural entre capital e trabalho”, entendendo-a como “a interatividade dos homens moldada pelo engenho tecnológico, cuja feição social passa a ser uma questão política”, esfera da qual ficam também eliminadas as clivagens de classe. Sobre tal base se erige a secção entre os planos da produção da vida material, reduzido aos limites do egoísmo racional, e da política, entendido como o âmbito da vontade ativa; é o que sustenta a luta pela democracia, identificada, sem mais, à liberdade.

A teoria do autoritarismo tem por fundamento os mesmos pressupostos: a autonomização do âmbito político e o arquétipo liberal da democracia como critério de verdade e como finalidade, bases para o enquadramento classificatório do totalitarismo - a negação absoluta da democracia - e do autoritarismo - a ausência, em graus diversos, porém não absoluta, da liberdade política. Democracia, totalitarismo e autoritarismo desvendam-se como tipos ideais estritamente formais, incapazes tanto de dizer ou de acolher os conteúdos concretos relativos às formas particulares de dominação em cada formação capitalista específica, como de orientar quanto às condições de possibilidade de instauração da democracia pretendida.

A teoria do populismo, por sua vez, oferecendo-se, tal como a teoria da dependência, como uma teoria do desenvolvimento do capitalismo brasileiro entre 1930 e 1964, mas incapacitada, por seus pressupostos - os mesmos acima aludidos -, de apreender a particularidade brasileira, supõe ter apanhado a causa da falta de radicalidade do movimento operário, num quadro de ausência de

hegemonia da burguesia industrial, numa suposta “artimanha” - o populismo - urdida por esta para atar a si as massas. Artimanha configurada pela aliança de classes, ou pacto policlassista, no interior do qual a classe trabalhadora, manipulada pelo partido ou líder “populista”, se torna incapaz de reconhecer a clivagem da sociedade em classes, substituídas pelos conceitos de povo ou nação e, portanto, pela identidade de interesses. A esquerda, por sua vez, teria sido igualmente aprisionada pelo “ardil do populismo”, reforçando-o e impedindo o desenvolvimento de uma política de classe, revolucionária.

Ora, sendo a aliança de classes - entendida como forma em que necessariamente o trabalho é manipulado pelo capital - a consubstanciação do ardil do populismo, o grande vilão a ser combatido, a solução redundante na mera afirmação da necessidade da independência política do movimento operário, reduzida à “arte e vontade do isolamento”. Tanto a problemática relativa à independência teórica dos trabalhadores, quanto a questão concreta das alianças e frentes, tão fundamental na história brasileira, são totalmente malbaratadas.

Ao longo de seu desenvolvimento, a teoria do populismo, assim como os demais ramos da analítica paulista aqui aludidos, distancia-se da preocupação com o resgate da radicalidade operária, para ajustar-se a seus próprios fundamentos: já que o “populismo”, enquanto período de desenvolvimento capitalista e forma de dominação política, é também um tipo ideal construído a partir do arquétipo da democracia, esta se torna cada vez mais o horizonte e o objetivo a atingir, e a teoria do populismo cede espaço à teoria do autoritarismo para explicar o período pós-64, quando o “colapso do populismo” dá lugar ao “estado autoritário”.

A teoria da marginalidade, última e mais frágil perna do “quadrúpede”, não vai além da constatação da existência de uma massa de excluídos, não atinando para a necessidade de entendê-la como resultado da impotência do capital atrofado, reduzindo, politicisticamente, sua origem ao fracasso de uma política econômica. Não percebe que a exclusão é resultado de um modo de objetivação capitalista incapaz de integrar, de sorte que a solução desse problema estaria, não na alteração tópica de uma política econômica, mas na desmontagem daquela forma.

A “nova esquerda” é a herdeira dos princípios teóricos destes ramos da analítica paulista. Em suas vertentes teoricamente mais sofisticadas ou mais rústicas, PSDB e PT têm neles o esteio de sua prática política. Prática desarmada para enfrentar tanto o desafio de um desenvolvimento nacional balizado pelo progresso social, o que implicaria um projeto econômico alternativo que iniciasse a desmontagem da forma restringida do capitalismo, quanto o de uma efetiva aliança ou frente que pudesse viabilizá-la.

O PSDB, assumidamente social-democrata, zelando pela “independência” política e repelindo o “populismo”, configura a versão mais racionalística e tecnocrática do politicismo, com

sua “megavalorização do partido e culto ao egoísmo racional”, e anseia pela modernização capitalista, por elevar o país à condição de nação moderna e competitiva, racionalmente eficiente, para o que propugna a “boa parceria” com o capital metropolitano.

O PT, embora posto, por seu perfil prático e ideológico, “na radicalidade política do capital”, permite-se conviver com “a condição fantasiosa e hipotética de santuário possível da radicalidade do trabalho”, tornando-se o “fantasma idolatrado da esquerda ausente”. Originado do encontro entre a combatividade sindical de fins dos anos 70 e os representantes e a teoria do quadrilátero teórico mencionado, submerge no politicismo. Seu extremismo, que não ultrapassa o âmbito da radicalidade subjetiva, do voluntarismo, consubstanciado na “revolução dos procedimentos” e no participacionismo, expressões da radicalidade burguesa em sua forma plebéia, ressoa tanto mais radical pela ausência, no Brasil, da radicalidade burguesa propriamente dita, de sorte que o PT, na qualidade de fantasma da esquerda ausente, pode se “embrechar no oco político do capital atrofico, assumindo as vestes *da* esquerda sem abandonar sua posição *na* esquerda”.

Não tendo jamais aludido a um programa econômico alternativo, o PT desenvolve uma crítica moralista contra as “injustiças da riqueza” e a “ganância”, redundando na proposição de um capitalismo “mais justo” e “honesto”, realizável por atos de vontade política, com o que “sucumbe ao ardil de completar o sistema do capital, sob a peculiaridade do compromisso com o distributivismo”. Este, conforme já mencionamos, fundamenta-se na desconsideração do vínculo determinante entre a produção e a distribuição, de sorte que propugnar por uma melhor distribuição de renda sem tocar nas alterações da produção que isso demandaria, assentando sua possibilidade apenas na vontade política, é não apenas inócuo como confunde e desmobiliza os trabalhadores. De sorte que o PT, “de negação de um projeto de esquerda, se converte em obstáculo principal até para uma solução eleitoral na esquerda”.

Diferenciando-se fortemente tanto do PSDB quanto do PT, Chasin destaca a figura de Leonel Brizola. Destaque que se impõe, de imediato, pelo seu apelo, ao qual PT e PSDB não deram ouvidos, de uma aglutinação das forças progressistas, apelo que fez desde o início da campanha sucessória e manteve até seu final. Tanto sua insistência na confluência eleitoral quanto a negação dela pelos demais partidos na esquerda decorrem da consistência e dos méritos históricos e políticos de Brizola, os quais constituem “parte essencial da matéria prima desfigurada pela teoria do populismo”. Brizola é o herdeiro mais radical das batalhas do pré-64, travadas em torno do duplo desafio que se põe desde 1930: “entificar o verdadeiro capitalismo (o capitalismo industrial) e assimilar à ordem nascente multidões cada vez maiores”. A teoria do populismo sequer atinou para essa questão de fundo, restringindo-se politicisticamente a apanhar pela superfície apenas a manifestação política mais tópica dela.

O resultado do processo de objetivação do capitalismo industrial, desenvolvido entre os anos de 1930 e 1990 - “uma sociedade urbano-industrial incontestável e excludente” -, não deve empanar a descontinuidade efetiva - real e ideológica - que atravessa essas seis décadas, especialmente quando se trata do desafio da integração social, a respeito do qual o gradiente vai do “abandono e desprezo furioso pela questão até sua elevação a critério político básico”. Brizola se tornou a expressão mais radical da vertente, gestada no âmbito das lutas em torno dos dois pólos daquele desafio, que se distancia do projeto de capitalismo nacional autônomo e passa a enfatizar a integração social, ou seja, toma o progresso social como princípio ordenador do desenvolvimento, ou como critério de identificação nacional. E é como tal que apresenta sua candidatura, buscando “retomar o fio condutor atalhado por 64”, atualizando a “plataforma política de identificação nacional centrada no estatuto popular, ou no progresso social”. Seus traços mais nítidos são as propostas de redefinição das relações econômicas externas e reordenamento do aparato capitalista interno, responsabilizados pela produção da miséria e denunciados em sua crise terminal. É no que se constitui a plataforma popular-nacional, que, não projetando para além do capital, é também, e assumidamente, uma plataforma *na* esquerda, e não *de* esquerda. Assim como não mistifica sua plataforma política, também não incorre, diferentemente de PT e PSDB, na mistificação do partido.

O caráter nacional-popular de sua plataforma, a não mistificação do partido e sua capacidade de liderança são alvos da “crítica do populismo”, que não vê aí nada além da suposta substituição das contradições de classes pela nação, e do partido pela relação direta entre o líder e a massa. Tal tipo de crítica manifestou-se ao longo de toda a campanha, e fundamentou a não aceitação da confluência eleitoral na esquerda, garantindo, assim, a vitória de Collor - representante da continuidade do projeto da ditadura militar e da associação subordinada ao capital externo - e deixando passar a última oportunidade para iniciar a primeira transição, da qual a plataforma de Brizola se aproximava, embora não tivesse os pressupostos ou a intenção de abrir caminho para a superação do capital.

Perdida esta oportunidade, pela miopia das esquerdas organizadas, especialmente do PT (que, enquanto partido que se propõe representar os trabalhadores, tinha a responsabilidade maior de pôr os interesses destes em primeiro lugar), a história que passamos a viver possui já outras características, que tornam inviável o caminho da dupla transição.

E isso fundamentalmente porque, dadas tanto as condições internas ao país quanto o avanço da mundialização do capital, a internacionalização econômica subordinada foi definitivamente imposta, alterando todo o perfil estrutural do Brasil, pela finalização de um processo que, frise-se novamente, vem se pondo desde 30, mas não se constituiu como fatalidade. Se o seu resultado é

este que vivenciamos, devemos-lo não apenas aos méritos das forças que o impulsionaram, mas em grande medida aos deméritos e incapacidades daquelas que deviam e podiam tê-lo inflectido.

## **O ENCERRAMENTO DA VIA COLONIAL**

O entendimento da situação atual do Brasil, bem como o dos passos que conduziram a ela, supõe a compreensão do processo histórico das últimas sete décadas, e mais especificamente, do período 1930-1990, ao longo do qual o capitalismo industrial brasileiro se objetivou.

Consignamos acima a tensão em torno da qual se deram as lutas por aquela entificação. É importante atentar para os dois elementos aí presentes: a existência de choques entre propostas distintas de encaminhamento da industrialização (sem mencionar as tendências antiindustrialistas que, embora derrotadas, não deixaram de influenciar o processo posterior, já que sua derrota não se deu por via revolucionária, e sim pela conciliação), e o duplo desafio a que tais propostas buscaram responder: entificar o capitalismo industrial e integrar a massa da população trabalhadora.

Se atentamos para esse duplo desafio e para os diversos momentos desse andamento longo e contraditório, salta à vista que a tendência mais forte, determinada pela própria dinâmica da via colonial, era a efetivação da industrialização subordinada ao capital externo, o que implicava a “resolução” da questão agrária pela manutenção de sua estrutura básica - forma e objetivos da produção - e a necessidade da superexploração do trabalho, bem como as dificuldades assim antepostas à integralização da classe trabalhadora. Entretanto, que esta era apenas uma das tendências objetivamente presentes, que não havia qualquer fatalidade no curso da história, também se torna claro pela diversidade de respostas intentadas: desde as posições assumidas pelos setores dominantes da burguesia, que desnudavam sua atrofia, incapacidade e inapetência para o desenvolvimento de uma industrialização que integrasse as massas trabalhadoras, passando pelas manifestações práticas destas que, independentemente do nível de clareza alcançado por elas a respeito de sua própria situação, iluminavam as transformações socioeconômicas que suas necessidades exigiam e sua condição de único sujeito histórico capaz de as realizar, até as propostas, de graus de radicalidade distintos e apresentadas por setores societários diversos, que buscavam responder àquele desafio a partir de uma perspectiva mais generosa.

As esquerdas organizadas, tanto a esquerda nominal do pré-64 quanto a pseudo-esquerda atual, se mostraram incapazes de apreender esta realidade, sucumbindo, como já indicamos, à veledade de completar o capital, seja pelo nível econômico, seja pelo nível político. Essa incapacidade deita raízes num conjunto complexo de determinações: o caráter atrofico do capital e da burguesia brasileiros, que obstaculiza objetiva e subjetivamente a integralização das forças do

trabalho, o desconhecimento e múltiplas distorções da obra marxiana, que as esquerdas brasileiras partilharam com a esquerda mundial, e o desenvolvimento da analítica paulista, dominante na reflexão nacional ao longo das últimas décadas, que tergiversou e acabou por eliminar até mesmo a simples menção àquele desafio e às lutas que gerou, contribuindo não pouco para a forma particular pela qual se deu a morte da esquerda no Brasil e para a vitória da tendência de desenvolvimento própria da via colonial. O encerramento desta é, pois, antes de mais nada, a finalização do processo de objetivação subordinada do capitalismo industrial.

Em 1994, quando da eleição presidencial que assegurou a vitória de Fernando Henrique Cardoso, o quadro internacional, e por decorrência o nacional, já era bastante distinto daquele configurado em 1989. Em “O Poder do Real”, Chasin delinea os contornos do novo panorama, balizado pela mundialização do capital. A universalização das relações dos homens entre si sob a égide do capital, portanto sob a forma da alienação, é a realização de uma tendência intrínseca ao capitalismo, já detectada por Marx há um século e meio: a globalização é a atualização da lógica do modo de produção capitalista - a extensão planetária da acumulação ampliada de capital, impulsionada e exigida pelo desenvolvimento das forças produtivas. Como os anteriores momentos de inflexão no percurso dessa forma societária, também este traz consigo modificações em todos os âmbitos da vida humana.

É fundamental ter em mente, como indica Chasin<sup>7</sup>, que “a determinação estruturante da sociabilidade provém das forças produtivas”, de sorte que o desenvolvimento destas “ocasiona mudanças na organização do trabalho e na apropriação dos produtos, ou seja, na propriedade privada”. O desenvolvimento sem precedentes das forças produtivas - portanto das capacidades genéricas da humanidade - e a quebra das barreiras à circulação do capital em todas as suas formas compõem o perfil da fase que estamos vivendo, a qual não realiza apenas uma “nova etapa da acumulação capitalista, mas, na vigência da ordem do capital e de suas contradições, se manifesta uma nova forma de existência humana”.

Nessa “nova (des)ordem internacional do capital”, “mundo real a ser vivido por todos”, as antigas formas imperialistas das relações internacionais, conformadas a uma escala de produção comparativamente modesta, e de circulação restrita ao âmbito bilateral de mercados cativos, são amplamente reconfiguradas. Longe de ser uma política, a globalização, pelo desenvolvimento das relações materiais entre os homens que está em sua base, expõe mais claramente do que nunca a determinação do estado e da política pela sociedade civil; ou, em outros termos, evidencia o estado como agente do capital, agente que se esvazia com a perda de muitas de suas anteriores funções,

---

<sup>7</sup> . Cf. “Rota e Prospectiva de um Projeto Marxista”, in *Ensaios Ad Hominem 1 - Tomo III - Política*, São Paulo, Ad Hominem, 2000.

nomeadamente aquelas relativas à imposição, por forças extra-econômicas - políticas - das relações econômicas capitalistas, seja no plano interno seja no das relações internacionais. O que não significa o desaparecimento das relações desiguais e da subordinação, entre países e no interior de cada um, mas sim uma metamorfose em seu modo de existência, que, entre outras conseqüências, relega ao nível de propostas regressivas todos os tipos de nacionalismos, já esgotados e vencidos nas distintas variantes sob as quais se manifestou ao longo do século. Pensar a partir do nacionalismo é, hoje, pôr-se contra a lógica do movimento histórico, é deixar-se “guiar pela lógica esgotada do passado, e não pela perspectiva de futuro”.

Geradora de “contraditoriedades sem precedentes, tanto por seu conteúdo quanto pelo gigantismo de seus efeitos”, a globalização contém a potencialidade de repor na ordem do dia a necessidade de superação do capital, em condições objetivas mais favoráveis do que em outros momentos históricos. Resta, no entanto, por consubstanciar a subjetividade revolucionária, problema já bastante antigo, cuja irresolução não tem sido o menor obstáculo à realização da emancipação humana, e que hoje assume também um perfil distinto, dada a evidência de que o operariado industrial não se constitui mais na vanguarda do trabalho, e a nova vanguarda ainda não se configurou.

É no quadro desse panorama mundial, extremamente complexo e ainda não desdobrado em sua plenitude, e por seu influxo, que o perfil histórico da vida nacional cobra novas características, encerrando-se o período iniciado em 1930 pela imposição definitiva da integração subordinada ao sistema mundializado do capital. Não se trata apenas de mais uma passada na mesma trilha anteriormente percorrida, embora o trânsito atual decorra dela, mas sim do fechamento de “um longo ciclo, cujas características dominaram a maior parte do cenário brasileiro neste século”. Ciclo que fica definitivamente para trás, e com ele os contornos específicos dos desafios que gerou e das alternativas que abriu. Aquela inserção tornou-se agora uma necessidade inelutável (na ausência de condições para uma revolução do trabalho) sob pena de enfrentar tragédias humanas ainda mais graves do que as dela advindas. É importante ter em mente que o Brasil sempre esteve subordinado à dinâmica do capital externo, de sorte que, embora sua integração, nas condições atuais, demande, sem dúvida, ajustes e regulagens, não configura uma “reviravolta na essência das coisas”. Ou seja, considerado o processo formativo do capitalismo brasileiro, o momento atual é “o desfecho imanente que perfaz seu pleno acabamento”. Esse desfecho, efetivado no interior da mundialização do capital, implica o desaparecimento de quaisquer possibilidades de desenvolvimento capitalista autônomo, “mesmo como simples modernização subordinada, se restrito à dinâmica no interior das fronteiras nacionais”; se mesmo a “simples modernização subordinada”, para se efetivar, exige a integração do país ao processo de globalização, é evidente que qualquer alternativa da ótica do

trabalho não poderá ser sequer visualizada se restrita ao âmbito nacional. Se este continua sendo palco do “latejamento dos problemas”, não mais podemos encontrar nele a “dinâmica das soluções”. Nessas condições, a perspectiva, anteriormente viável, de avançar para além do capital pela rota da dupla transição se tornou obsoleta, uma vez que esta pressupunha um nível de integração mundial muito inferior, e portanto a possibilidade, já agora inexistente, de percorrer ao menos os passos iniciais no caminho da superação do capital - a primeira transição - no âmbito nacional ou regional. Agregue-se ainda outro elemento fundamental: assim como a globalização foi a saída para a crise em que o capital vinha se debatendo há um quarto de século, o processo mesmo da mundialização e a integração do Brasil a ela, alicerçada e possibilitada pelo sucesso do Plano Real, bases da candidatura vitoriosa de FHC, significaram também o início da superação da longa crise iniciada com o fracasso restrito do “milagre” econômico, vinte anos antes. Ou seja, se até então as frações do capital não haviam encontrado o caminho para uma nova rodada de acumulação, este agora se abria diante delas (aliás, entremostrara-se já em 89, mas a solução aventureira representada por Collor, então a única que haviam podido encontrar, adiara sua efetivação). De sorte que essas frações não se uniram em torno do vazio (nem muito menos em torno de uma abstrata democracia ou de um ainda mais abstrato clamor pela “ética na política”) quando da deposição de Collor, e mais claramente ainda quando da eleição de FHC, mas confluíram em torno de uma nova alternativa, finalmente encontrada, para, de sua própria ótica, superar os óbices postos pelos mecanismos do “milagre”, geradores da crise, e embicar num novo ciclo de crescimento e acumulação.

A campanha sucessória de 94, realizada sob os novos parâmetros mundiais e nacionais, caracterizou-se pela “contenda entre a potência multiforme de FHC e a inferioridade polimorfa de Luís Inácio da Silva”. Este e o PT evidenciaram a acentuação de suas piores debilidades e sua crescente inconsistência ideológica, desprezando os critérios objetivos de verdade e agudizando seu “feitio subjetivista” de atuação política. Incapazes de compreender a marcha dos acontecimentos, vêm se apegando à defesa extemporânea de um nacionalismo regressivo, estreito, reduzido ao estatismo e ao corporativismo; verberando contra um suposto complô ideológico neoliberal responsável pela globalização, dão as costas ao presente, não distinguindo a “atuação material das lógicas de realidade” - desenvolvimento tecnológico e mundialização do mercado - com a mera “propositura maquiada de interesses”. Ancorados nesse olhar regressivo, esquivam-se à efetivação mesmo das tarefas mais imediatas, as de procurar as alternativas para a inserção na economia mundializada menos penosas para as massas trabalhadoras.

Em contrapartida, FHC, assumindo sua condição social-democrata, não pretendendo transgredir a ordem do capital, nem alimentando quaisquer ilusões nesse sentido, estabeleceu sua

plataforma e vem efetivando seu governo, sobre a base do Plano Real, com vistas à inserção da economia nacional na globalização. Proposta coerente com a concepção exposta em toda sua obra sociológica, em que a solução para o desenvolvimento brasileiro é cifrada pela associação ao capital externo, sem que jamais emergja qualquer alternativa fundada na perspectiva do trabalho. Como Chasin explicita, as novas tendências, nacionais e mundiais, vieram ao encontro das convicções de FHC, cujo “senso de realidade e pertinência prática” se destacam sobre o pano de fundo da inconsistência das “esquerdas” e da veemência da globalização. O caráter ilusório de sua convicção de que a solução da miséria e da exclusão sociais decorreriam da inserção na economia internacional, com a conseqüente modernização tecnológica, controlada e corrigida por um estado igualmente moderno e aperfeiçoado, se evidencia e materializa na “derrota honrosa” que vem sofrendo nesse campo.

O drama da miséria brasileira salta à vista quando consideramos a recorrente perda de oportunidades históricas concretas, e mais ainda que um longo período se encerrou sem que tenha sido sequer compreendido pela esmagadora maioria das individualidades e organizações que pretenderam representar as forças do trabalho. Incompreensão que obstaculiza o entendimento do novo período que se abre, e decorrentemente a visualização das novas alternativas existentes ou que venham a se pôr.

Repor no horizonte a revolução social, e desentranhar da realidade os caminhos a percorrer em sua direção sintetizam o desafio multiforme a enfrentar. Mas para isso é preciso olhar para a frente, para o futuro, e não para trás, para o passado. Pois, “Quando a esquerda não rasga horizontes, nem infunde esperanças, a direita ocupa o espaço e draga as perspectivas: é então que a barbárie se transforma em tragédia cotidiana”.

\*

Este volume inclui, ainda, um *Apenso Arqueológico*, composto de uma série de artigos abordando temas diversos, que se estendem dos princípios da década de 60 aos meados da década de 80.

Os quatro primeiros artigos deste *Apenso* datam do período em que Chasin era ainda estudante da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. No primeiro deles, debruça-se sobre a figura de Jânio Quadros, esboçando-lhe o perfil ideológico e o percurso político, pondo a nu o conservantismo e a inconsistência que o caracterizaram. Os dois artigos seguintes abordam o movimento estudantil, e nos oferecem uma análise que abrange desde os traços essenciais de sua gênese e configuração desde 1945, até a avaliação de sua situação naquele momento e a

determinação de sua tarefa primordial: a luta ideológica. Decorridos quase quarenta anos, e em que pesem todas as alterações da realidade, essas análises ainda guardam em grande medida sua validade, especialmente na denúncia do isolamento das cúpulas em relação à massa do estudantado e na ênfase posta na luta ideológica. É importante lembrar que, ainda enquanto estudante, Chasin participou ativamente na luta contra a privatização da educação nacional, assumindo a vice-presidência da Campanha pelo Ensino Público, ao lado de seu amigo Florestan Fernandes, então presidente.

O último trabalho desse período é o resultado de uma ampla pesquisa, coordenada por Chasin, com vistas à obtenção de dados sobre a situação dos trabalhadores rurais, e levada a cabo no Primeiro Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em novembro de 1961, em Belo Horizonte - MG. Por este trabalho, é o único autor citado em *A Revolução Brasileira*, de Caio Prado Júnior, a cujo grupo de intelectuais, articulado na *Revista Brasiliense*, vinculou-se, buscando aprimorar a herança positiva de nosso historiador e criticando o dogmatismo e sectarismo das facções comunistas, que ironizavam a antevisão do golpe de estado, que de fato ocorreria em 64.

Os demais artigos versam fundamentalmente sobre o movimento dos professores, no âmbito do qual Chasin chegou a ocupar a vice-presidência da seção nordestina da Andes - Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, que ajudou a fundar. São textos que avaliam momentos significativos do movimento docente, sempre em conexão com o quadro mais amplo da vida nacional, e tendo em vista a necessidade para as forças do trabalho, das quais os professores são um segmento, da ampliação qualitativa e quantitativa da pesquisa e do ensino.

A leitura dos materiais incluídos neste *Apensa Arqueológico* nos mostra, por um lado, que a preocupação chasiniana em apreender a realidade brasileira data de seus tempos de estudante; e, por outro, nos dá a conhecer sua inserção na política estudantil e, mais tarde, no movimento docente. Em ambos os casos, e guardados os distintos graus de maturidade pessoal e intelectual, evidencia-se a permanente preocupação em exercer uma prática racionalmente orientada para a superação da sociabilidade regida pelo capital, prática que o desenvolvimento de seus estudos sobre Marx e a mundaneidade contemporânea demonstrou que só pode ser *metapolítica*.